

Cenário macroeconômico deve ser alterado em 2017

As projeções para 2016 dos analistas consultados pelo Banco Central (BACEN), publicadas no **Boletim Focus**, praticamente não se alteraram essa semana.

Para 2017, ocorreram algumas mudanças, a seguir especificadas. A projeção do PIB elevou-se em 0,10 ponto percentual (p.p.) (para 1,20%); a da produção industrial em 0,30 p.p. (para 1,05%); a do IPCA recuou -0,02 p.p. (para 5,12% ao ano); a taxa de câmbio foi reduzida em R\$ -0,05 (para R\$ 3,45/US\$); a alteração mais expressiva ocorreu no saldo da balança comercial, que deve aumentar em 1,4 bilhão (para US\$ 49,84 bilhões); a dívida líquida do setor público em relação ao PIB aumentou 0,6 p.p. (para 49,65%).

Para 2016, permanece a estimativa de retração da economia brasileira (-3,20%), além de uma forte redução da produção industrial (-5,95%), conforme especificado na Tabela 1.

Em termos de inflação, as projeções para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) situaram-se em 7,31% em 2016. O IGP-M deve alcançar 8,04% (ante 8,06% há uma semana) no corrente ano, de acordo com o Boletim.

A estimativa para o dólar norte-americano é de R\$ 3,30 ao final de 2016. As projeções para a Taxa Selic permanecem inalteradas e elevadas, ou seja, 13,75% para o corrente ano e 11,00% para o próximo, o que dificulta a realização de investimentos produtivos, além de estimular a entrada de capitais externos de curto prazo no País, o que tende a valorizar o real.

Ainda de acordo com o Boletim, a balança comercial deverá registrar superávit de US\$ 50,00 bilhões em 2016. O déficit em conta corrente deverá aumentar de US\$ 15,0 bilhões em 2016 para US\$ 20,0 bilhões em 2017.

A dívida líquida do setor público em relação ao PIB em 2016 aumentou para 45,25% (44,90% há uma semana).

O Brasil deve atrair US\$ 65,0 bilhões em investimento direto estrangeiro (IDE) tanto em 2016 quanto em 2017.

Tabela 1 - Brasil: Projeções macroeconômicas

Indicador	2016	2017
PIB (% de crescimento)	(-3,20)	1,20
Produção Industrial (% de crescimento)	(-5,95)	1,05
IPCA (%)	7,31	5,12
IGP-M (%)	8,04	5,51
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	3,30	3,45
Taxa Selic (% a.a.)	13,75	11,00
Conta Corrente (US\$ Bilhões)	(-15,00)	(-20,00)
Balança Comercial (US\$ Bilhões)	50,00	48,40
Dívida Líquida do Setor Público (% PIB)	45,25	49,65
Investimento Direto no País (US\$ bilhões)	65,00	65,00

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do BACEN.

O Boletim Focus reúne estimativas econômicas elaboradas por mais de 100 instituições que atuam no sistema financeiro brasileiro. Referidas projeções são atualizadas semanalmente, sendo amplamente utilizadas para sintetizar o cenário macroeconômico do País.

Arrecadação de tributos federais recua em 2016

De acordo com a Secretaria da Receita Federal (SRF), a **arrecadação de tributos federais** alcançou R\$ 725 bilhões nos sete primeiros meses de 2016, ante R\$ 712 bilhões em igual período do ano anterior, representando um acréscimo nominal de 1,77% nessa base de comparação. Contudo, descontada a inflação (IPCA), os resultados significam um decréscimo real de 7,11%.

A perda de arrecadação decorreu do fraco desempenho da economia, evidenciado pelo comportamento dos principais indicadores macroeconômicos que afetam diretamente a coleta dos diversos tributos, a exemplo da produção industrial, construção civil e comércio, que impactam de forma expressiva no nível de emprego e a massa salarial no País.

Os principais tributos apresentaram queda na arrecadação quando se compara os sete primeiros meses desse ano com igual período do ano anterior, conforme especificado na Tabela 2.

É importante registrar que a recuperação efetiva na arrecadação está condicionada à retomada do emprego, da renda e do consumo das famílias.

Vale destacar ainda que ocorreu, em anos recentes, um incremento das **desonerações tributárias no País**, tendo a cifra atingido R\$ 52,8 bilhões nos sete primeiros meses de 2016. Prejudicadas pelas desonerações, a receita governamental cai em função também da **sonegação e Elisão fiscais**.

Estudo realizado pelo Sindicato dos Procuradores da Fazenda Nacional (SINPROFAZ) estima que aproximadamente 22% da arrecadação é sonogada no Brasil, em especial o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto de Renda.

De acordo com o SINPROFAZ, a sonegação de impostos correspondeu a cerca de R\$ 454 bilhões somente em 2015, ou 7,7% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Referida soma é quatro vezes superior ao **déficit fiscal da União** em 2015, que alcançou R\$ 111 bilhões.

O SINPROFAZ informa ainda que os débitos de impostos não pagos no prazo são inscritos na dívida ativa da União, representando atualmente R\$ 1,5 trilhão, tendo ultrapassado a arrecadação total do Brasil em 2015, que somou R\$ 1,2 trilhão. Somente 1% da dívida ativa é resgatada a cada ano.

O estudo do SINPROFAZ relata ainda que R\$ 252 bilhões da dívida ativa transitam em julgado e estão prontos para recolhimento.

Portanto, o aperfeiçoamento da gestão tributária no País, com a redução da sonegação e elisão fiscais, permitirá equilibrar as contas públicas nacionais.

Tabela 2— Arrecadação das receitas federais –janeiro a julho- R\$ milhões a preços de julho de 2016

Receitas	2016 [A]	2015 [B]	VAR(%) [A]/[B]
Imposto sobre Importação	18.619	25.585	(-27,230)
IPI	25.827	31.994	(-19,28)
Imposto sobre a Renda	210.026	219.677	(-4,39)
IOF Imposto s/ Operações Financeiras	19.963	22.097	(-9,66)
ITR - Imposto Territorial Rural	127	145	(-12,07)
COFINS - Contrib. p/ a Seguridade Social	120.853	129.267	(-6,51)
Contribuição para o PIS/PASEP	32.365	34.905	(-7,28)
CSLL - Contrib. Social S/ Lucro Líquido	46.094	45.433	(-1,45)
CIDE - Combustíveis	3.365	1.080	(-211,45)
PSS - Contrib. do Plano de Seguridade do Servidor	16.178	17.695	(-8,57)
Outras Receitas Administradas	12.985	17.941	(-27,62)
Subtotal [1]	506.402	545.819	(-7,22)
Receita Previdenciária [2]	215.801	226.482	(-4,72)
Administradas por Outros Órgãos [3]	14.934	21.250	(-29,72)
Total Geral ={1}+[2]+[3]	737.137	793.551	(-7,11)

Fontes: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados da SRF e do SINPROFAZ.

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE - ETENE

Economista-Chefe: Luiz Alberto Esteves. Gerente de Ambiente: Tibério Rômulo Romão Bernardo. Gerentes Executivos: Airton Saboya Valente Junior, Leonardo Dias Lima, Luciano Jany Feijão Ximenes e Marcos Falcão Gonçalves. Equipe Técnica: Allisson David de Oliveira Martins, Antônio Ricardo de Norões Vidal, Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão, Jackson Dantas Coelho, Laura Lúcia Ramos Freire, Liliane Cordeiro Barroso, Luiz Fernando Gonçalves Viana e Wellington Santos Damasceno. Revisão Vernacular: Hermanno José Pinho. Projeto Gráfico: Ronildo Sampaio Cardoso. Diagramação: Gustavo Bezerra Carvalho. Estagiária: Francisca Crisia Diniz Alves. Jovens Aprendizes: Anderson Acioly da Silva e Lucas Sousa dos Santos.

Aviso Legal: O BNB/ETENE não se responsabiliza por quaisquer atos/decisões tomadas com base nas informações disponibilizadas por suas publicações e projeções. Desse modo, todas as consequências ou responsabilidades pelo uso de quaisquer dados ou análises desta publicação são assumidas exclusivamente pelo usuário, eximindo o BNB de todas as ações decorrentes do uso deste material. O acesso a essas informações implica a total aceitação deste termo de responsabilidade. É permitida a reprodução das matérias desde que seja citada a fonte.